

Os primeiros anos do concelho recém-restaurado



O pessoal da fábrica Herold em Sines, 1908. Brochura Editada pela O. Herold, Arquivo Municipal de Sines. Oferta de António Quaresma

O primeiro mandato da Câmara Municipal de Sines recém-restaurada decorreu entre 10 de Agosto de 1914 e Dezembro de 1917, findado pelo golpe militar de Sidónio Pais. Este artigo tem como objetivo apresentar brevemente a vida de Sines nesse período, a partir das atas da Câmara Municipal de Sines.

Os primeiros vereadores tinham participado ativamente na restauração do concelho. O presidente, Manuel Farelo, era um proprietário prestigiado; José Marreiros da Rosa, ele próprio industrial de cortiça e fornecedor de cereais panificáveis foi outro protagonista. Outros notáveis foram Artur Zuzarte Pita, oficial do Registo Civil e farmacêutico, ou Higinio Guisado Espada, comerciante e editor da *Folha de Sines*.

As câmaras municipais eram constituídas por um conjunto variável de vereadores de acordo com a importância do concelho. Esses vereadores elegiam entre si uma “mesa” administrativa, formada pelo presidente, o vice-presidente, o secretário e o vice-secretário. Elegiam também uma Comissão Executiva constituída por um grupo de três vereadores eleitos pelos seus congéneres para a gestão corrente. Em Sines a Câmara foi presidida neste período por Manuel Farelo e a Comissão Executiva por José Marreiros da Rosa.

Apesar do seu prestígio, os primeiros vereadores viram-se imersos nos problemas de um concelho cujas receitas, maioritariamente provenientes dos impostos cobrados sobre a circulação de bens, caíram abruptamente com a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As suas consequências foram graves: implicou a paragem ou o encerramento de várias fábricas de conservas e de cortiça por falta de combustível. A Câmara procurou agir como mediadora, solicitando ao Governo a realização de obras públicas para empregar os operários desempregados¹. A grande obra pública almejada pelas elites de Sines era o caminho-de-ferro, essencial para o escoamento da produção industrial e agrícola. No entanto, apesar do empenho do deputado Ramos da Costa, de Domingos Rodrigues Pablo e de António Jacinto Maria de

¹ Arquivo Municipal de Sines. Sessão de 19 de Agosto de 1914, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl, 10-12.

Vilhena, apenas em 1936 foi inaugurado o ramal de Sines. A inexistência de uma via alternativa ao transporte rodoviário limitava as exportações, quando a falta de combustível limitava esta forma de transporte.

Os conflitos sociais agudizaram-se. A Câmara mediou muitos deles, procurando garantir a manutenção da laboração das fábricas e o movimento do porto, indispensáveis para as receitas municipais pelas taxas e impostos cobrados. Em Novembro de 1915² deu-se um relevante conflito entre as associações de corticeiros e marítimos, os comerciantes e o Administrador do Concelho. O magistrado queixava-se de a sua autoridade ter sido posta em causa quando os operários arrancaram os editais com as tabelas de preços. Já os marítimos e os corticeiros denunciaram a dificuldade em obter os géneros essenciais e a violência da Guarda Nacional Republicana. Apesar de a situação ter sido resolvida nesse final de ano, o problema dos abastecimentos não terminou e ainda se agravou.

De facto, entre 1916 e 1923 a Câmara, de acordo com o quadro legal existente, interveio fortemente nos abastecimentos de géneros, nomeadamente os cereais panificáveis. Fazia a mediação entre os produtores que desejam transportar trigo de Santiago para Sines³; regulava a composição e o peso do pão⁴ e adquiria farinhas⁵ junto de grandes transformadores como Caio de Loureiro, Alberto Pidwell e Franck Pidwell⁶. Em 1917 a Câmara começou a arrendar celeiros para aí depositar os cereais comprados e até a Igreja Matriz, sem culto, serviu de celeiro⁷.

Não eram apenas os operários a exigir a proibição da saída de géneros, mas também a Junta de Freguesia⁸. Na sessão de 16 de Junho de 1917 a própria Câmara proibiu a saída de cereais. O pão necessário ao abastecimento das embarcações era fortemente controlado⁹. A Câmara foi obrigada a contrair um empréstimo para fazer face as múltiplas despesas trazidas pela aquisição de cereais, no valor de 14 000 escudos, depois da recusa dos credores particulares no concelho¹⁰. Uma comissão de operários corticeiros, encabeçada por Abel Carrilho, lembrou as difíceis condições dos operários e de todos os assalariados: "a vida do operário corticeiro, que ganha o mesmo que ganhava antes da guerra e paga os géneros pelo dobro do preço¹¹".

² Arquivo Municipal de Sines. Sessão extraordinária de 18 de Novembro de 1915, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 55-56v.

³ Arquivo Municipal de Sines. Sessão extraordinária de 19 de Julho de 1916, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 63v-65v.

⁴ Arquivo Municipal de Sines. Sessão ordinária de 18 de Novembro de 1916, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 66v-67.

⁵ Arquivo Municipal de Sines. Sessão ordinária de 18 de Novembro de 1916, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 66v-67.

⁶ Arquivo Municipal de Sines. Sessão ordinária de 23 de Outubro de 1917, Minutas de Actas, maço 2, documento 11.

⁷ Arquivo Municipal de Sines. Sessão ordinária de 16 de Junho de 1917, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 74-76v.

⁸ Arquivo Municipal de Sines. Sessão extraordinária de 11 de Junho de 1917, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 72-74.

⁹ Arquivo Municipal de Sines. Sessão extraordinária de 16 de Junho de 1917, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 74-76v.

¹⁰ Arquivo Municipal de Sines. Sessão extraordinária de 8 de Agosto de 1917, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 81-81v.

¹¹ Arquivo Municipal de Sines. Sessão extraordinária de 11 de Setembro de 1917, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 77v-79.

Sines não se eximiu ao contexto nacional e internacional. Logo em 1914, quando vários grupos tentaram restaurar a monarquia, os vereadores João Filipe Guerreiro e Augusto Maria Lopes protestaram contra a tentativa monárquica¹². Em 1915 o vereador Marreiros da Rosa condenou a "ditadura" de Pimenta de Castro, mas a sua proposta foi rejeitada. Esta foi a primeira contenda entre duas formas de entender a política entre a elite de Sines: uma interventiva em reação ao contexto nacional; outra devotada somente aos “melhoramentos”, sem procurar marcar posição. Esta última, como em 1915, voltaria a vencer com a Ditadura Militar.

Sandra Patrício
Arquivo Municipal de Sines

¹² Arquivo Municipal de Sines. Sessão de 2 de Novembro de 1914, Livro de actas da Câmara Municipal de Sines, nº 16, fl. 18v-19v.